



1ª Plenária Intercongressual da APEOESP

13 e 14/12/2024

Profª Raquel Guisoni



"APEOESP junto com os movimentos sociais: queremos Educação e serviços públicos de qualidade para todos"

São Paulo / SP

PLATAFORMA DE LUTAS

APEOESP JUNTO COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS: LUTAMOS POR EDUCAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE PARA TODOS!

A I Plenária Intercongressual "Raquel Guisoni" da APEOESP realiza-se num momento particularmente complexo e desafiador no Brasil e no mundo.

Incapaz de equacionar suas contradições estruturais, o sistema capitalista, hegemônico pelo sistema financeiro e pelo capital especulativo – características do modelo neoliberal dominante na maior parte do mundo – desencadeia conflitos armados e disputas comerciais e territoriais, alguns deles com potencial para escalam em guerras regionais.

O fato mais recente é a queda do regime de Bashar Al-Assad na Síria, após 13 anos de guerra civil, com interferências de países estrangeiros, como a Rússia, os Estados Unidos, a Turquia, Israel, Irã e outros. Em ambiente de crise, a guerra na Síria, bem como em outros países, é parte das disputas geopolíticas entre as grandes potências. O Estado de Israel, por exemplo, iniciou uma ofensiva na Síria, aproveitando-se da situação criada pela queda do regime, com o propósito de reocupar territórios.

São sintomas dessas disputas, a guerra na Ucrânia, provocada pelo avanço da OTAN na região, o genocídio do povo palestino pelo Estado de Israel; guerras locais na África e Oriente Médio; hostilidades entre as Coreias e outros conflitos regionais, alguns com potencial para se generalizar. Sabemos também que as guerras são úteis ao capitalismo em tempos de crise, pois aumentam a venda de armas, mobilizam alguns outros setores da economia e também eliminam excedentes populacionais.

Nesta I Plenária Intercongressual, a APEOESP reafirma sua solidariedade com todos os povos oprimidos e violentados e seu firme posicionamento pela autodeterminação dos povos e pela paz, pelo fim do genocídio do povo palestino e pela Palestina livre, do rio ao mar. Apesar da condenação ao genocídio, o governo Lula tarda a fazer o que a situação exige: romper relações diplomáticas com Israel.

São também parte dessa disputa global a guerra comercial e golpes de Estado em diversos países – apoiados pelos Estados Unidos e aliados. Ameaçados pelo fortalecimento e ampliação dos BRICS e, particularmente, pela ação da China em diferentes países (financiando grandes obras de infraestrutura, voltadas à constituição da "nova rota da seda"), os Estados Unidos e países sob sua influência atuam no sentido de assegurar domínio sobre estas regiões, por todos os meios possíveis.

Nesse cenário de disputas, preocupa-nos o fortalecimento de partidos e organizações de extrema-direita em diversas partes do mundo e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, com sua anunciada política de confronto com o BRICS, aumento de alíquotas de importação, deportação de imigrantes e incentivo à xenofobia, que poderá resultar em conflitos e agressões às comunidades latinas, inclusive brasileira.

Em contraponto, a esquerda também vem colhendo vitórias, como a eleição do presidente Lula no Brasil, de Claudia Sheinbaum no México, a volta da esquerda ao poder no Uruguai, a vitória da frente popular na França, a permanência do governo de centro-esquerda na Espanha, vitória em Honduras, assim como em outros países.

Mundo afora, a política de partidos que pretendem falar em nome de trabalhadores e trabalhadoras e se submetem aos interesses imperialistas abre campo para o avanço da extrema-direita. Não é o povo que vai para a direita. São partidos tradicionais da classe que decepcionam.

A tarefa número um dos sindicatos e movimentos sociais no Brasil e no mundo é derrotar a extrema-direita.



Desigualdade estrutural e papel do Estado

Em todo o mundo, e também no Brasil, a financeirização da economia, fenômeno que vem se amplificando a partir da década de 1980, também se caracteriza pelos ataques aos direitos sociais e pela mercantilização dos serviços públicos, sobretudo saúde e Educação, vistos cada vez mais como oportunidades de gerar lucro para corporações privadas.

O sistema capitalista é incapaz de equacionar a desigualdade social presente tanto nos países pobres quanto nos países mais desenvolvidos. Nos Estados Unidos, por exemplo, os índices de pobreza alcançam 12,4% da população, segundo dados do Departamento do Censo estadunidense.

Para nós, da APEOEP, a luta em defesa do meio ambiente é, sobretudo, uma questão política e social. Sob esse sistema desigual, concentrador de renda e centrado apenas no lucro, a destruição do meio-ambiente atinge as condições de vida das populações mais pobres, que ocupam áreas de risco e sobrevivem em regiões vulneráveis aos efeitos da emergência climática.

Incapaz de descortinar às pessoas utopias e horizontes para seus sonhos, o capitalismo cria falsas perspectivas de sucesso individual, como a ficção da meritocracia, do empreendedorismo, da competitividade e a teologia da prosperidade. Essa enganosa ideologia do sucesso individual leva as pessoas ao preconceito contra as soluções coletivas e repulsa aos serviços públicos e ao Estado de forma geral.

Sob essa cortina de fumaça, o neoliberalismo age para implementar o Estado mínimo, desqualificar a Educação, a cultura e a ciência e para privatizar serviços, empresas e órgãos públicos.

A APEOESP reafirma que a defesa das políticas sociais é fundamental para assegurar qualidade de vida e direitos à maioria da população. Consideramos que as soluções para os problemas de cada cidadão/cidadã, da classe trabalhadora, do funcionalismo, das mulheres, da juventude, das pessoas LGBTQIA+, das pessoas com deficiência, da população pobre, negra, periférica, virão da luta coletiva e da ação política, econômica e social com o Estado, cumprindo seu papel institucional.

A mobilização é vital

No Brasil, as disputas se dão na sociedade, no Congresso Nacional e também dentro do próprio governo do presidente Lula, composto pela ampla frente que foi necessária para derrotar a extrema-direita bolsonarista.

A crescente proeminência dos bancos e instituições financeiras sobre o Estado brasileiro vem ocorrendo desde a década de 1980. Neste processo, o agronegócio exportador e o empresariado articulado ao capital financeiro, possuem ampla representação no Congresso Nacional, ainda mais forte após as eleições de 2022. Há intensa pressão sobre o governo Lula, com capacidade de dificultar suas ações.

O sistema financeiro também domina as famílias brasileiras. Dados do Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas do Brasil, produzido pelo Serasa, apontam um crescimento de 16% no total de pessoas inadimplentes entre agosto de 2021 e agosto de 2024, passando de 62,25 milhões para 72,46 milhões. Esse endividamento recorde traz desesperança e molda comportamentos.

Contra as pressões e cenário adverso, o governo do presidente Lula vem obtendo expressivos resultados. Relatório do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostra crescimento de 0,9% no PIB no terceiro trimestre, acumulando alta de 3,1% em quatro trimestres. A taxa de investimento cresceu e foi de 17,6% do PIB, acima dos 16,4% registrados no terceiro trimestre de 2023. A taxa de desemprego atual, de 6,2%, é a menor para o terceiro trimestre desde 2012. Há, porém, muito o que avançar, pois a desigualdade permanece, por meio dos baixos salários, precarização do trabalho, jornadas extenuantes, condições de vida.

Não aceitamos cortes em direitos sociais

A pressão do chamado “mercado” (associação entre grandes empresas nacionais e internacionais, especuladores e banqueiros) é no sentido de que se cortem investimentos e despesas públicas voltados à garantia de direitos trabalhistas e sociais e à distribuição de renda – valorização do salário mínimo, bolsa família e outras políticas. Essa pressão – que, entre outros elementos de chantagem elevou o preço do dólar ao recorde nominal de R\$ 6,00 - levou o governo do presidente Lula a anunciar um pacote fiscal.

Se o pacote contém avanços, como o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda até a faixa de R\$ 5 mil, a tributação de rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, a limitação dos chamados supersalários, controle de algumas regalias de militares, limitação de emendas parlamentares e direcionamento de parte delas ao Sistema Único de Saúde (SUS), também contém retrocessos inaceitáveis. Não podemos aceitar a prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), as restrições ao FUNDEB, ao salário mínimo, ao bolsa família, ao abono salarial, ao Benefício de Prestação Continuada, que vão atingir o povo mais humilde.

A APEOESP considera vital a mobilização da classe trabalhadora e dos movimentos populares para apoiar a aprovação dos avanços e lutar pela rejeição dos retrocessos no Congresso Nacional, tendo em mente que os representantes empresariais e da extrema-direita trabalharão para expandirem os cortes nas áreas sociais e para impedirem a aprovação dos avanços.



Sem anistia!

O indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e mais 36 aliados, de militares da ativa e reformados, do presidente do PL e outros pelos planos de golpe e assassinato de Lula, Alckmin e Alexandre de Moraes, demonstra a amplitude da ação da extrema-direita no Brasil. A prisão do general Braga Netto pode acelerar o processo contra os golpistas, que devem ser punidos. Sem anistia!

Nosso Sindicato, como demonstra nossa história, sempre atuou na defesa da democracia. Fomos um dos primeiros sindicatos a nos mobilizarmos contra o golpe de 2016 e nos destacamos na mobilização contra a prisão ilegal do presidente Lula em 2018. Por isso, participaremos de todas as iniciativas pela prisão dos golpistas liderados por Jair Bolsonaro.

Tarcísio de Freitas não quer que os filhos da classe trabalhadora estudem

Em São Paulo, estamos diante de um projeto global de destruição do Estado e das políticas públicas. Esse projeto tem como alvo preferencial a Educação e todos os demais serviços públicos que atendem a população que mais necessita, transferindo-os à iniciativa privada para que se transformem em fonte de lucros e de exclusão.

Tarcísio de Freitas segue sua escalada privatista. Com o voto da maioria dos(as) deputados(as) da Assembleia Legislativa, privatizou a SABESP, aprovou o programa de escolas cívico-militares, a retirada de 5% dos recursos da Educação, que passam de 30% para 25% do orçamento. E já anunciou que vai privatizar todas as empresas públicas como o Metrô e a CPTM, assim como privatiza escolas estaduais, a Fundação Casa, prédios públicos, outros órgãos do Estado. Concessões de rodovias e cada vez mais pedágios estabelecem um roteiro de destruição que precisa ser interrompido. Tarcísio também age a serviço dos grandes empresários do agronegócio e dos latifundiários, atacando a agricultura familiar, dificultando a vida e a produção nos assentamentos e entregando a esses segmentos privilegiados as terras públicas griladas do Estado. Juntamente com toda a população, é preciso mobilizar a nossa categoria para dar um basta a essa política.

Este é o governo do autoritarismo e da violência. A polícia de São Paulo matou 496 pessoas de janeiro a setembro, conforme a Secretaria da Segurança Pública. Em relação ao mesmo intervalo de 2023, quando houve 283 óbitos, a alta é de 75%. Os casos se sucedem. Recentemente, um policial militar assassinou um homem por furtar sabão líquido em um supermercado. Outro PM arremessou um homem já dominado de uma ponte. Evidenciando que se trata de uma política deliberada, Tarcísio quer desmontar a Ouvidoria das Polícias, que denuncia e exige punição para os policiais criminosos, e substituí-la por um órgão ligado ao governo.

Privatização e exclusão

No caso da Educação, uma série de medidas aparentemente isoladas configuram, na verdade, um projeto de desmonte da Educação pública.

O confisco de mais de R\$ 11 bilhões do orçamento anual da Educação, o projeto das escolas cívico-militares, a privatização, a imposição das plataformas digitais, o autoritarismo e o assédio moral, o empobrecimento da matriz curricular, fechamento de classes no noturno, pagamento por subsídio e desmonte da carreira do Magistério e outras medidas visam o esvaziamento do processo ensino-aprendizagem para destruir qualquer possibilidade de formação de uma massa crítica na juventude, que será destinada a suprir postos de baixa qualificação e remuneração no chamado “mercado de trabalho” ou trilhar o caminho do “empreendedorismo”, a cruel denominação atual para subemprego, “bicos”, trabalho como ambulantes etc.

Este projeto enfrenta a resistência do nosso Sindicato, assim como das demais entidades da Educação, dos estudantes, dos movimentos populares e dos segmentos comprometidos com Educação pública de qualidade. A APEOESP não recua diante de dificuldades. Nós as enfrentamos, trabalhamos para superar os obstáculos e não deixamos de lutar em nenhum momento.

Nossa luta é permanente

Foi assim que, trabalhando em conjunto com o mandato popular da professora Bebel, segunda presidenta da APEOESP, e outros mandatos de oposição na Alesp, demais entidades e movimentos populares, conseguimos derrubar o confisco salarial de aposentados e pensionistas. Também prorrogamos os contratos dos professores temporários (categoria O) em 2022, bem como garantimos as Atividades Curriculares Diversificadas (APDs) em local de livre escolha. A mobilização da APEOESP, trabalhando em conjunto com o mandato parlamentar de nossa segunda presidenta, também obrigou o governo a recuar da exclusão de São Paulo do Plano Nacional do Livro Didático, assim como conquistamos outras vitórias.

Por meio de liminar – infelizmente depois cassada pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF) – levamos o governo a desistir de implementar as escolas cívico-militares em 2025, programa que, no entanto, ainda poderá ser declarado inconstitucional pelo STF.



Podemos citar também as CIPAs – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Assédio Moral – que a SEDUC foi obrigada a criar por força de ação da APEOESP junto ao Ministério Público do Trabalho. Lutamos para que haja uma CIPA em cada unidade escolar e não apenas por Diretoria de Ensino.

Lideramos mobilizações contra a privatização de escolas estaduais, cuja construção e cessão da gestão para empresas privadas foi feita por meio de leilões na Bolsa de Valores de São Paulo em dois lotes de 17 e 16 escolas. Continuaremos a nos mobilizar, recorrendo também à via judicial.

Pela revogação da reforma do ensino médio

A APEOESP continua em luta pela revogação da reforma do ensino médio e contra a nova organização curricular do ciclo II do ensino fundamental e do ensino médio no estado de São Paulo. Com sua visão retrógrada e utilitarista de Educação, o secretário Feder mandou reduzir aulas de Geografia, História, Arte, Sociologia, Ciências e ampliou apenas aulas de Português e Matemática, além de introduzir a disciplina de Educação Financeira. Essas alterações estão em desacordo com as novas diretrizes curriculares nacionais para o ensino médio deliberadas pelo Conselho Nacional de Educação e contradizem princípios constitucionais da Educação brasileira, como o direito de acesso ao conhecimento e ensino de qualidade, a liberdade de ensinar e aprender, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, entre outros.

Não ao confisco de verbas da Educação!

O maior ataque foi a aprovação na Assembleia Legislativa da PEC 9/2023, que reduz a dotação orçamentária para a Educação, de 30% para 25% das receitas com impostos do Estado, resultando no confisco de R\$ 10 bilhões, em valores atuais. O projeto foi aprovado pela maioria governista, incentivada pela liberação de emendas de R\$ 20 milhões para cada parlamentar, operada por Gilberto Kassab. Uma vergonha para a Alesp e um crime contra a Educação pública, contra o qual também estamos recorrendo à Justiça.

Preparar a greve contra o desmonte da Educação e dos nossos direitos

Para enfrentar esse projeto de desmonte da Educação e dos serviços públicos, a APEOESP conclama toda a nossa categoria a se levantar, a preparar a greve para o início do ano letivo de 2025. Em cada escola, na sala dos professores, nas subseções, em encontros e manifestações, esse debate deve estar presente e, sobretudo, ações concretas para dialogar com todos(as) os(as) colegas para que possamos, juntos, enfrentar os projetos de destruição deste governo neoliberal bolsonarista.

A APEOESP também conclama todos os demais segmentos sociais para este movimento. Somente a unificação das lutas dos servidores, dos sindicatos, dos estudantes e dos movimentos sociais poderá aumentar nossa resistência a esses ataques e contribuir para que, em 2026, nosso país continue trilhando o caminho da construção de uma nação soberana, economicamente sustentável e socialmente justa e para que possamos construir a mudança no Estado de São Paulo.

Assim, a I Plenária Intercongressual da APEOESP “Raquel Guisoni” decide:

- No dia 12 de fevereiro as subseções, de forma articulada com demais entidades da Educação, estudantes e movimentos sociais. Realizará mobilizações, atos, plenárias, panfletagens, bandeiraços, adesivações, buzinações, carretas e outras manifestações regionais.
- A pauta de reivindicações abaixo será protocolada na SEDUC no dia 21 de fevereiro de 2025, com um grande ato político e artístico em defesa da Educação pública.
- A APEOESP realizará a primeira assembleia do ano no dia 21 de março de 2025, com indicativo de greve do Magistério paulista contra os ataques à Educação e aos direitos da categoria.
- A Diretoria da APEOESP fica autorizada a buscar entendimentos com as demais entidades da Educação, entidades do movimento estudantil, entidades de servidores públicos e movimentos populares para a organização de uma jornada de lutas em defesa da Educação e dos serviços públicos, que poderá incluir a adesão dessas entidades e movimentos à greve, ampliando sua pauta e sua amplitude.
- A APEOESP e demais entidades e movimentos propõem às centrais sindicais e às frentes Brasil Popular e Brasil Sem Medo a realização de uma jornada nacional de lutas com um dia de paralisação nacional em defesa de uma pauta comum de reivindicações da classe trabalhadora e da população em data a ser definida no primeiro trimestre de 2025.



LUTAS DA APEOESP E DO FUNCIONALISMO

Pela valorização salarial do Magistério

- Reajuste imediato do piso salarial profissional nacional no salário-base com repercussão em toda a carreira.
- Frente ao poder de compra da nossa categoria, com defasagem de 40,2% em relação ao cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação, de 43,2% de defasagem salarial do PEB I e de 34,2% do PEB II em início de carreira, exigimos imediatas negociações para reajuste salarial que reponha nosso poder de compra.
- Cumprimento da meta 17 do PNE/PEE, com equiparação dos salários dos professores aos demais profissionais com ensino superior.

Contratação justa de todos os professores

- Extensão das condições de estabilidade da categoria F aos professores da categoria O.
- Ampliação da convocação de professores concursados, em todas as disciplinas, inclusive Filosofia e Sociologia.

Melhores condições de ensino-aprendizagem nas escolas

- Fim da superlotação das salas de aula.
- Pelo limite máximo de 35 estudantes em todos os níveis.

Abertura das escolas nos finais de semana

- Promover atividades culturais, esportivas, de lazer, e ações educativas que tragam a comunidade para as escolas.

Pela implementação imediata das Diretrizes Curriculares Nacionais do

Ensino Médio emanadas do Conselho Nacional de Educação

- Revogação da reforma do ensino médio.
- Por uma Base Nacional Comum Curricular e ensino médio que atendam aos interesses dos filhos da classe trabalhadora.

E mais:

- Manutenção da dotação constitucional de 30% verbas para a Educação estadual.
- Não à privatização das escolas estaduais. Cancelamento das Parcerias Público Privadas para entrega da gestão de 33 novas escolas e mais de uma centena de escolas já existentes a empresas.
- Promover Dia Estadual de Luta contra as privatizações, envolvendo os servidores públicos, trabalhadores das empresas públicas e movimentos sociais.
- Fim da terceirização nas escolas estaduais. Contratação de funcionários por meio de concurso público.
- Não à privatização de serviços, empresas e órgãos públicos (Metrô, CPTM, Fundação Casa, escolas públicas e outros).
- Não à implementação das escolas cívico-militares. Pela revogação da Lei 1398/2024.
- Revogação da Lei Complementar 1374/22.
- Carreira aberta, justa e atraente, do ingresso à aposentadoria.
- Revogação da Lei Complementar 173/2020 – pelo descongelamento do tempo de serviço de 2020-2021.
- Não à reforma administrativa no Estado de São Paulo – pela manutenção dos direitos dos servidores públicos.
- Efetivação da mesa permanente de negociação. Derrubada do veto ao Projeto de Lei 1149 / 2023, de autoria da deputada estadual Professora Bebel.



- Aplicação do reajuste do piso salarial profissional nacional no salário base com repercussão na carreira.
- Aplicação correta da jornada do piso (Lei 11.738/2008): no mínimo 33% das aulas para atividades extraclases.
- Atribuição presencial, justa e transparente.
- Derrubada das Resoluções 84, 95, 105 – classificação por tempo de serviço e títulos.
- Garantia do direito de escolha dos professores, garantindo o acúmulo de cargos.
- Descongelamento do reajuste de 10,15% no STF.
- Reconstituição do direito a faltas abonadas.
- Garantia de abono de ponto para as atividades sindicais.
- Fim da ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo) remota cumprida na escola.
- Fim das aulas de expansão e mediador no contraturno.
- Fim do fechamento de classes, sobretudo as classes de ensino regular e Educação de Jovens e Adultos no período noturno.
- Promoção de um Dia Estadual de Luta pelo ensino médio noturno, envolvendo a comunidade escolar, entidades da Educação movimento estudantil.
- Garantir a redução de número de alunos em classes com estudante(s) elegível(eis) à educação especial.
- Pela manutenção, ampliação e investimento no ensino noturno e EJA.
- Concursos estadualizados, classificatórios, com regras justas, a cada 2 anos, para todas as vagas existentes – de imediato, no mínimo, 100 mil vagas.
- Ampliação da convocação de ingressantes do concurso de Professor de Ensino Fundamental e Médio, de todos os componentes curriculares, inclusive Filosofia e Sociologia.
- Concursos específicos para o ensino fundamental.
- Não à Resolução SEDUC 115/2024, que submete os professores efetivos ingressantes a critérios punitivos de avaliação do estágio probatório, tais como: mais de 70% de aprovação dos estudantes e da equipe gestora, atingimento das metas Ouro e Diamante no SARESP, agilidade para registrar presença de estudantes em plataformas e outras.
- Interrupção do Programa de Ensino Integral (PEI) e amplo debate sobre Educação integral na rede estadual de ensino.
- Devolução dos valores descontados de aposentados e pensionistas.
- Contra a PEC 66/2023, que pode estabelecer o confisco salarial de aposentados e pensionistas em nível nacional.
- Contra a ampliação da municipalização do ensino, sobretudo na Capital.
- Intensificar a campanha contra o assédio moral.
- Em defesa da Educação especial e contra a precarização de seus profissionais.
- Por uma CIPA em cada escola.
- Pela cessão de equipe técnica para as CIPAs.
- Liberação dos membros da CIPA para reuniões e visitas a escolas.
- Pelo direito dos professores à alimentação escolar.
- Formação dos Conselheiros do FUNDEB para fortalecer a atuação da APEOESP nos Conselhos Municipais do FUNDEB.
- Pela revogação da reforma trabalhista, reforma da previdência e demais retrocessos.
- Campanha permanente contra o racismo.
- Exigir da SEDUC a implementação da Lei 10.639/03 - ensino obrigatório da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas brasileiras.

- Retorno dos(as) profissionais da Educação especialistas na Educação Especial.
- Em defesa de atendimento de qualidade no IAMSPE.
- Por um Conselho de Administração paritário e deliberativo no IAMSPE
- Lutar pelo direito dos(as) professores(as) da categoria O ao atendimento no IAMSPE.
- Fortalecer a luta na CCM regional, municipal e estadual com as entidades e somar na luta conjunta na Frente Parlamentar em Defesa do IAMSPE.
- Políticas específicas para a população idosa.
- Pela humanização das perícias médicas.
- Participar da Conferência Nacional de Saúde.
- Em defesa do meio ambiente, dos direitos das mulheres, dos negros, da população LGBTQIA+, indígenas, sem-terra, sem-teto e de todos os demais segmentos oprimidos.
- Participar das Conferências de Políticas para Mulheres nas esferas municipal, estadual e federal.
- Participar dos 21 dias de ativismo contra violência às mulheres.
- Fim da violência policial contra a população. Pela desmilitarização da Polícia. Fora Derrite!
- Revogação das reformas trabalhista, da previdência e da Lei das Terceirizações.
- Fim da jornada 6x1 já!
- Por uma política fiscal que não penalize a classe trabalhadora e tribute as grandes fortunas e heranças.
- Punição de todos os golpistas, sem anistia!

Medidas organizativas na APEOESP

- Criação do coletivo de escritores na APEOESP.
- Incentivar a participação de professores(as) jovens nas instâncias da APEOESP, assim como nas organizações que as quais somos filiados (CUT, CNTE, FETE).
- Realizar encontros mensais e encontro estadual de cipeiros da APEOESP.
- Criação de comissões de saúde nas subsedes.